

Governo congela investimentos em 91

SILVIA FARIA

BRASÍLIA — O Ministério da Economia já determinou o nível do rigoroso controle que exercerá sobre as contas públicas neste ano, para obter uma economia da ordem de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o equivalente a Cr\$ 817 bilhões. Por decreto, o Presidente Collor determinará o congelamento das despesas totais com investimentos e de 85% das despesas com custeio, exceto pessoal, previstas no Orçamento da União deste ano. As dotações só serão cumpridas se e quando houver receita para financia-las. Os detalhes finais da medida foram objeto de discussão da reunião de conjuntura realizada ontem pela equipe econômica.

O decreto presidencial, que deve ser assinado assim que o Orçamento for sancionado pelo Presidente Collor — o que deve ocorrer até a próxima semana — discriminará dezenas de programas executados por Estados e Municípios, com recursos repassados pelos Ministérios da Ação Social, da Educação, da Saúde e da Agricultura. Nenhuma obra financiada pelo Tesouro será realizada este ano, porque as despesas com investimentos serão consideradas como última prioridade. O Governo central nunca exerceu controle dos gastos públicos com tal rigor e centralização, conforme observa um assessor da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello.

O Departamento de Orçamentos da União só vai elaborar decretos



Foto de Ricardo Stuckert

Zélia Cardoso de Mello com sua equipe na reunião em que foi analisado o programa de contenção de gastos

autorizando a liberação de gastos — que são executados pelo Departamento do Tesouro, mediante autorização — à medida que for contabilizando receita tributária. As dotações contingenciadas poderão ser reduzidas gradualmente, se for verificado um bom desempenho da arrecadação, com o qual as autoridades não contam para 1991, por causa da recessão. Caso contrário, os gastos,

mesmo aprovados pelo Congresso, não serão realizados.

O Governo conta com avanços na segunda etapa da reforma administrativa, programada para este ano, para auxiliar no processo de corte de despesas. As empresas estatais, neste particular, deverão dar maior contribuição, já que os Ministérios enfrentam restrições constitucionais, por estarem impedidos legalmente

de demitir os servidores públicos. Das estatais, espera-se uma redução de despesas da ordem de 0,3% do PIB (Cr\$ 165 bilhões), com a aplicação de um corte de 10% de suas despesas de custeio. O Ministério da Economia será rigoroso também na fiscalização das fundações de previdência custeadas pelo Tesouro, reduzindo os repasses de recursos para os fundos de benefícios dos funcionários.